



INTERNACIONALIZAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL: CONSTRANGIMENTOS NA CIÊNCIA, DESAFIOS E POSSIBILIDADES

ADRIANA REGINA VETTORAZZI SCHMITT

Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões/RS (URI) e Universidade
Federal de Santa Catarina (UFSC)
adrianarschmitt@gmail.com

LUCI MARY DUSO PACHECO

Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões/RS (URI)
luci@uri.edu.br

RESUMO

Este trabalho aborda os aspectos das especificidades do processo de internacionalização da educação brasileira iniciando pelo conhecimento das Leis e programas governamentais. Discorrendo, em seguida, sobre as principais mudanças da internacionalização e da pesquisa nas últimas décadas, buscando fazer correlações para a compreensão das mudanças causadas pela pandemia de coronavírus que alterou o panorama da internacionalização em nível mundial. Destaca-se os fluxos e influxos causados à internacionalização pelas intervenções do governo brasileiro bolsonarista mediante cortes de verbas direcionados à educação e à pesquisa, justamente no período em que foram urgentes a valorização e o incentivo à ciência. Tendo este contexto como pano de fundo, e tratando-se de uma pesquisa bibliográfica e documental com análise de dados pelo método ATD, o objetivo que orientou as pesquisadoras foi conhecer as conceituações, a realidade e os problemas que afetam a internacionalização da educação brasileira. A pesquisa mostrou que é indicado que as universidades aperfeiçoem seus setores internos de governança a fim de que a internacionalização possa acrescentar uma evolução na qualidade da educação ofertada.

Palavras chave: internacionalização da educação, desafios da pandemia, investimentos governamentais, universidades preparadas.

1. INTRODUÇÃO

No Brasil o fomento e o incentivo às redes colaborativas de pesquisas científicas como o apoio à formação de grupos de pesquisa e o incentivo às alianças entre pesquisadores e instituições parcerias nacionais e internacionais, fica ao encargo do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) conselho vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia. E estrategicamente conta com o planejamento e financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), fundação vinculada ao Ministério da Educação do Brasil (MEC).

Segundo o centro de memória do CNPq a ideia de criar uma entidade governamental específica para fomentar o desenvolvimento científico no país surgiu bem antes da criação do CNPq. Isso mostra que a solidariedade na ciência não é algo novo. Desde os anos 20, os integrantes da Academia Brasileira de Ciências (ABC) falavam no assunto e articulavam-se para implantar mudanças na Ciência e na Pesquisa para “os anos que sucederam a Primeira Guerra Mundial” (CNPq, 2021). Em 1931 a ABC sugeriu formalmente ao governo a criação de um Conselho de Pesquisas. Em consequência disso, em 1936 o então Presidente Getúlio Vargas enviou mensagem ao Congresso Nacional solicitando a “criação de um conselho de pesquisas experimentais”. Mas a proposta não foi bem-aceita pelos parlamentares e outra iniciativa foi feita em 1946 pelo Almirante Álvaro Alberto da Motta e Silva que propôs ao governo, por intermédio da ABC, a criação de um Conselho Nacional de Pesquisa com diferentes representações sociais. Dessa vez, não houve empenho do governo para que o projeto saísse do papel. Sem o apoio governamental, em 1948 um grupo de cientistas e de amigos da ciência decidiu fundar no Brasil uma Sociedade para o Progresso da Ciência sem fins lucrativos nem cor político-partidária. Essa seria voltada para a defesa do avanço científico e tecnológico e do desenvolvimento educacional e cultural brasileiro, conhecida como Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). No ano seguinte, em 1949 o Presidente Eurico Gaspar Dutra vendo o avanço de uma frente intuitiva de pesquisadores que se articulavam fora do âmbito do governo, nomeou uma comissão especial para apresentar o anteprojeto de lei para a criação do Conselho de Pesquisas. Depois dessa iniciativa, somente em 1951 o Presidente Dutra sancionou a Lei de criação do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) como autarquia vinculada à Presidência da República que foi a Lei nº 1.310 de 15 de janeiro de 1951 criando o CNPq. A Lei foi chamada por Álvaro Alberto de "Lei Áurea da Pesquisa no Brasil" (CNPq, 2021).

A Lei nº 4.533 de 8 de dezembro de 1964, criou o Conselho Nacional de Pesquisa e veio para normatizar que o “Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), agência do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), tendo por “finalidade promover e estimular o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica em qualquer domínio e conhecimento”. Suas principais atribuições são democratizar a pesquisa científica e tecnológica e incentivar a formação de pesquisadores brasileiros. Tem como missão fomentar a Ciência e a Tecnologia, assim como promover a inovação e atuar na formulação de suas políticas, contribuindo para o avanço das fronteiras do conhecimento, o desenvolvimento sustentável e a soberania nacional. E como visão, ser uma instituição de reconhecida excelência na promoção da Ciência, da tecnologia e da inovação como elementos centrais do pleno desenvolvimento da nação brasileira CNPq (BRASIL a, 2021).

Destaca-se que ainda em 1951 foi criada a CAPES como uma comissão de promoção da Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. De 1951 a 1964, a CAPES foi dirigida por Anísio Teixeira, e estava ligada diretamente ao Ministério da Educação e à presidência da República, tendo grande autonomia na gestão de seus recursos.

[] instituída pelo Decreto 29.741/5 (11/07/1951) e composta por representantes de diferentes órgãos do governo e entidades privadas deveria garantir a existência de pessoal especializado “em quantidade e qualidade suficientes para atender às

necessidades dos empreendimentos públicos e privados”, em prol do desenvolvimento do país. Estava previsto ainda “oferecer aos indivíduos mais capazes, sem recursos próprios, acesso a todas as oportunidades de aperfeiçoamento”. [] foi criado o Programa Universitário (PgU), voltado ao fortalecimento do ensino superior em diversas áreas, para a formação contínua de profissionais que o país precisaria (BRASIL b, 2021).

No primeiro ano de funcionamento, em 1952 a CAPES já avaliava pedidos de auxílios e bolsas para estudantes e pesquisadores. Em 1953 concedia 54 bolsas, aumentando para 194 em 1954. Com este avanço o (PgU) tornou-se a principal linha da CAPES junto às universidades e institutos de ensino possibilitando a internacionalização da pesquisa nacional com a “contratação de professores visitantes estrangeiros, as atividades de intercâmbio e a cooperação entre instituições com bolsas de estudos e apoio a eventos científicos” (CAPES, 2020, p. 1). O Decreto 74.299/74 alterou sua estrutura para Coordenação.

Mais de meio século depois, segundo o presidente da Capes Benedito Aguiar, em 2020 a CAPES concedeu 46.301 bolsas de doutorado. Contudo Aguiar reconhece que “o Brasil ainda está longe de atingir a marca de 25 mil doutores formados por ano, prevista na meta 14 do Plano Nacional de Educação (PNE)” (GOV.BR. 2020, p.1). Aguiar destaca ainda que em 2020 a nova regra de distribuição de bolsas passou a considerar “**além da nota do programa de pós-graduação (PPG) e da titulação média de cursos (TMC)** também o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), visando atender prioritariamente pesquisadores mais vulneráveis”, reduzir as assimetrias no SNPG e assegurar qualidade em universidades que estejam em lugares com menor IDH (GOV.BR. 2020. p.1).

Hoje a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), fundação do Ministério da Educação (MEC), desempenha papel fundamental na expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) em todos os estados da Federação¹, atuando expressivamente na formação de professores e na projeção de pesquisadores. Além da avaliação dos cursos *stricto sensu*. (MEC, 2022).

Segundo os documentos orientadores da Capes, as atividades da coordenação são agrupadas nas seguintes linhas de ação, cada qual desenvolvida por um conjunto estruturado de programas: avaliação da pós-graduação *stricto sensu*; acesso e divulgação da produção científica; indução e fomento da formação inicial e continuada de professores para a educação básica nos formatos presencial e a distância; investimentos na formação de recursos humanos de alto nível, no país e exterior e promoção da cooperação científica internacional (MEC, 2022).

Este trabalho aborda especificamente o contexto das duas últimas ações da Capes citadas acima.

Sobre essas ações, pode-se afirmar que o investimento e as mudanças propostas por Aguiar visam impulsionar também a constituição de alianças nacionais e internacionais entre pesquisadores, cientistas, grupos de pesquisa e instituições, que nunca foram tão necessárias como a partir de 2020.

A análise que segue versa sobre os programas principais de apoio governamental à promoção da internacionalização da educação. O programa Ciência sem fronteiras (PsF) já extinto e o inovador Programa Capes/PrInt que visa fortalecer a institucionalização da internacionalização pela concessão de recursos diretamente às universidades e institutos de pesquisa, através de projetos selecionados em edital específico.

Partimos do pressuposto de que:

Os professores, estudantes e pesquisadores são os “nós” e as "arestas" das teias colaborativas que promovem o desenvolvimento dos conhecimentos. E as universidades são o berço e o

¹ Ver em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/historia-e-missao>

lôcus da ciência e da pesquisa a serem desenvolvidos pelo ensino, pesquisa e extensão. Nesse contexto complexo, as universidades precisam antes de internacionalizarem-se externamente, organizar suas casas para implantar eficientemente a institucionalização da internacionalização dos seus programas de educação, com o objetivo de educar os seus sujeitos para o gerenciamento das incertezas e das ambiguidades que os esperam pela frente.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 PERÍODO CONSTRANGEDOR PARA A CIÊNCIA NO BRASIL

No cenário mundial, a emergência para o avanço de pesquisas na ciência e na tecnologia colocaram os pesquisadores, a educação, o conhecimento, novas técnicas e abordagens científicas, e os ambientes acadêmicos em evidência, pela sua grande dificuldade em atender às demandas emergenciais da população diante da crise pandêmica. Enquanto acompanhamos o avanço da COVID-19 espalhando-se como pólvora, vimos o desespero da corrida por soluções/vacinas desenvolvidas pelos (as) pesquisadores em todo do mundo. É notório que a atual situação de pandemia deu destaque à ciência, à tecnologia e à pesquisa como um meio para o desenvolvimento e o enfrentamento da atual crise existente no mundo. Nesse contexto, de complexidade, aparecem as fragilidades das políticas públicas de apoio ao desenvolvimento da educação e da investigação científica em todos os níveis, e em especial, a ampliação da participação da produção científica brasileira em nível internacional.

É perceptível que nunca se deu tanta relevância à ligação existente entre a pesquisa e a manutenção da vida. Para fazer o enfrentamento, diante do caos globalizado devido à pandemia, os pesquisadores uniram-se em muitos laços, através de grupos de pesquisas, trocas de saberes entre universidades nacionais e internacionais e em publicações de artigos com os resultados prementes das descobertas. O ideal seria se os investimentos em pesquisa, inovação, tecnologia e redes intelectuais estivessem melhor articuladas para dar suporte às iniciativas dos (as) pesquisadores (as). Contudo sabemos que, nem sempre a pesquisa foi uma preocupação dos governantes. Mesmo diante dessa crise humanitária causada pelo coronavírus, há um descaso do governo brasileiro com a comunidade científica, a ciência e a educação e um desmonte nos investimentos públicos em pesquisa e educação. A história nos revela que esse mesmo desmonte já aconteceu em 1956² após anos de uma trajetória de avanços com a criação de alianças nacionais e internacionais pelo CNPq.

O governo brasileiro atual, de ascensão neoconservadora e populista, autoritário e retrógrado no nível de responsabilidade estatal tem total ignorância em atitudes reiteradas ao induzir o descrédito da população quanto à prevenção do covid-19 e a má gestão da pandemia, indo contra as orientações de pesquisadores e especialistas³. “O atual presidente fomenta sabotagens para retardar ou mesmo frustrar o processo de vacinação contra a covid-19 no Brasil” (OLIVEIRA, 2021, p. 1). Essa forma de governar colaborou para que em 02 de

2 Em 1956, o CNPq passou por uma reestruturação em razão da criação da Comissão Nacional de Energia Nuclear e perdeu receita. O CNPq amarga então fortes reduções orçamentárias. As dotações vão de 0,28% do orçamento da União, em 1956, para 0,09% em 1960, o que se reflete na quantidade de bolsas implementadas (NETO, 2021).

3 Em março de 2020 uma fala do presidente em rede nacional chamou a doença de "resfriadinho", contrariando os especialistas ele pediu o fim do "confinamento em massa". Ele também fez um apelo pela "volta à normalidade" e culpou a imprensa por "espalhar pavor". Essa afirmação foi feita quando o Brasil tinha em média 800 mortes por dia por covid-19. Após um ano as mortes aumentaram para 300 mil brasileiros, sendo em média 3600 mortes por dia, mesmo assim, reiteradamente Bolsonaro faz afirmações incoerentes que desvalorizam o conjunto de evidências científicas que vem pautando o combate à pandemia da COVID-19 em todo o mundo. Fonte a autora

março de 2022 o Brasil contabilizasse 650,052 mil vidas perdidas segundo dados do Segundo o Consórcio de veículos da imprensa G1.

Em janeiro de 2021 um grupo de 352 pessoas, formado por juristas, economistas, intelectuais e artistas solicitaram à Procuradoria-Geral da República (PGR) a abertura de uma ação criminal contra Bolsonaro no Supremo Tribunal Federal (STF), o pedido foi aceito em abril de 2021 “o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso determinou que o Senado instale uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre a atuação do governo federal no enfrentamento da pandemia de coronavírus” (SCHREIBER, 2021, p. 1). Dentre as acusações estão a incitação a não prevenção [não utilização de máscaras] o emprego irregularmente verbas públicas para fabricação de medicamentos sem eficácia cientificamente comprovada para combater a covid-19 [cloroquina] e por induzir o descrédito da população quanto à eficácia das vacinas, diante disso, a acusação é de violar o Código Penal. A criação da CPI tem vários desafios pela frente, um deles é cumprir seus trâmites já que o presidente do senado Rodrigo Pacheco (DEM-MG) é afeto ao presidente.

Pela primeira vez na história brasileira viu-se um presidente instigar abertamente o descrédito na pesquisa e na ciência. Seguindo a mesma linha de pensamento, em entrevista ao jornal O Estado de São Paulo, publicada em 30 de abril de 2019 o então ministro da educação Abraham Weintraub afirmou que o MEC iria cortar recursos de universidades⁴ que não apresentarem desempenho acadêmico esperado e estiverem promovendo "balbúrdia" em seus câmpus (AGOSTINI, 2019, p. 1), demonstrando total descontrole dos atos governamentais para o trato estatal com a educação pública .

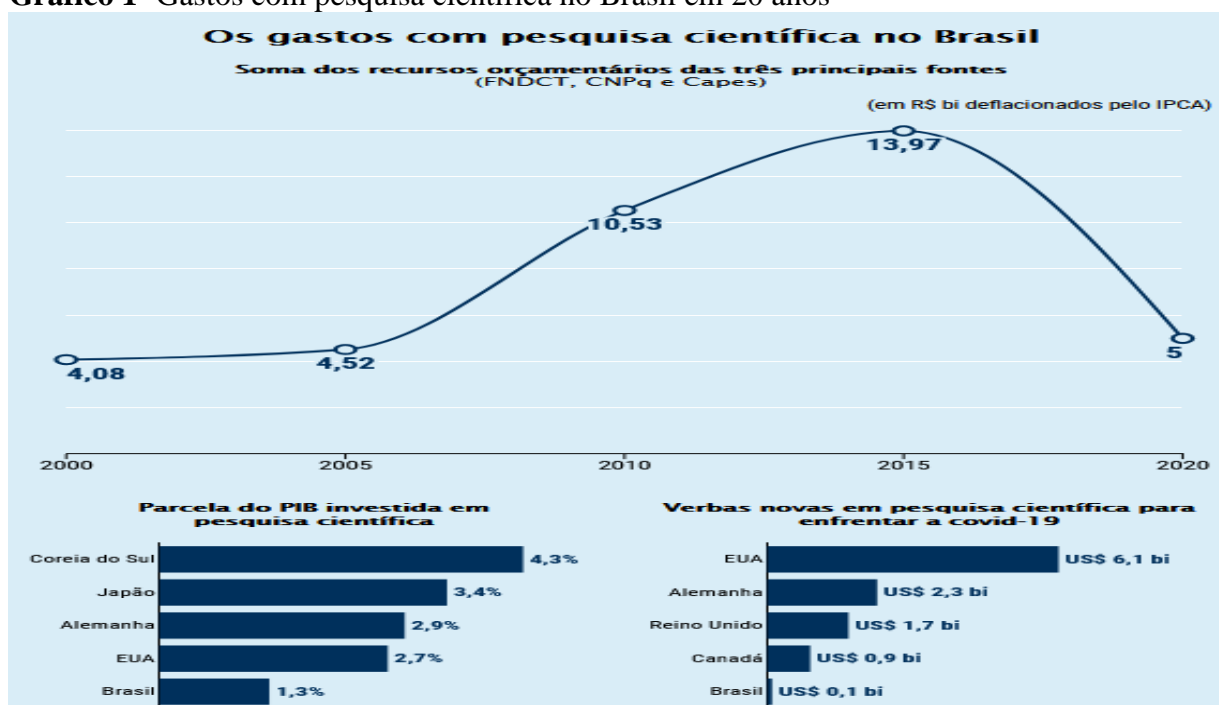
Sobre a maior crise orçamentária e política que as universidades públicas e as agências de fomento enfrentam para o desenvolvimento de pesquisas no Brasil (WESTIN, 2020, p. 1) afirma que “quando a pandemia chegou, o Brasil foi pego no contrapé. Para enfrentá-la, é preciso ter dinheiro que garanta laboratórios equipados e pessoal qualificado. Em vez disso, o que temos é o desmonte de muitas das nossas instituições por falta de recursos financeiros”. O autor afirma que “embora haja algum dinheiro privado, o grosso do setor científico no Brasil é custeado pelo governo. Os cientistas trabalham majoritariamente nos institutos públicos de pesquisa e nos programas de pós-graduação das universidades federais e estaduais” (WESTIN, 2020, p. 1).

Para comprovar a atual situação, o quadro abaixo mostra os investimentos do governo brasileiro com a pesquisa científica no Brasil, o percentual do PIB para a pesquisa científica nos últimos vinte anos, e as verbas novas disponibilizadas para o atendimento às pesquisas científicas para o enfrentamento à Covid-19. Westin (2020) lembra que em 1988, a Constituição brasileira foi uma das primeiras no mundo a dedicar um capítulo específico à ciência. Um dos dispositivos constitucionais diz que a pesquisa científica receberá tratamento prioritário do Estado, tendo em vista o bem público. Isso de fato aconteceu após a virada de 2000, com a expansão de universidades federais e institutos federais de educação, e em 2015 com o auge dos investimentos e verbas federais para o setor científico conforme o quadro abaixo. Depois disso, viu-se um desmonte na sequencial área da pesquisa, da ciência e da tecnologia iniciada em 2014 com o término do programa do governo federal Ciência sem Fronteiras (CsF)⁵ e com mais veemência a partir de 2017 com os cortes de orçamentos e perseguições às Universidades públicas e Institutos Federais, neste último caso pela posse de reitores interventores, não eleitos pela comunidade acadêmica em substituição aos eleitos.

4 Naquele momento Weintraub referia-se à Universidade de Brasília (UnB), à Universidade Federal Fluminense (UFF) e à Universidade Federal da Bahia (UFBA).

5 Ciência sem Fronteiras foi um programa de pesquisa criado em 26 de julho de 2011 pelo governo Dilma Rousseff para incentivar a formação acadêmica no exterior, oferecendo bolsas de iniciação científica e incentivando projetos científicos em universidades de excelência em outros países.

Gráfico 1- Gastos com pesquisa científica no Brasil em 20 anos



Fonte: SBPC, Ipea e Unesco apud Westin, 2020, p. 1.

O quadro mostra que a pandemia atingiu o Brasil no momento em que a área de ciência, tecnologia e inovação enfrentam a pior situação financeira dos últimos tempos. Mesmo assim, o compromisso da comunidade científica com a urgência que a situação exige e a resistência dos pesquisadores mostrou-se, contudo, como um enfrentamento, uma “resistência unificada”. Os desafios de um mundo globalizado, agravados pela pandemia da Covid-19, coloca para o coletivo da educação e das redes de colaboração na ciência a necessidade de apreensão crítica da realidade e de articulações em busca da construção de alternativas e contornos de enfrentamento dessas problemáticas.

Bourdieu (2004, p. 21) discorrendo sobre os usos sociais e econômicos da ciência diz que esta “é relativamente independente das pressões do mundo social que o envolve” essa fala adequa-se especialmente no momento presente no Brasil, onde os (as) pesquisadores (as) e suas produções não são totalmente independentes, eles (as) sofrem a interferência e a ingerência de pandemia e, dos governantes, com restrições econômicas severas. A conjugação de fenômenos atuais, crise e pandemia, centralização do capital, asseverou a atual frágil condição de atendimento à comunidade brasileira com o derretimento dos mercados de trabalho, acentuação da precarização e crescimento das desigualdades sociais. O Brasil nunca esteve tão despreparado e desgovernado para enfrentar uma crise, de fato, ela nos pegou num momento de extrema desregulamentação e falsa ideia de ascensão social.

Ficou evidente que as interferências políticas quanto à aprovação de vacinas e nas ideias negacionistas quanto aos cuidados de proteção contra a contaminação minaram a confiança pública nas autoridades sanitárias, na ciência e no potencial de imunização. Quanto aos cientistas, mais uma vez foi necessário a união para reafirmar a integridade e legitimidade dos processos científicos na emergencialidade que a Covid-19 exige.

Neste nefasto cenário, quem operou mudanças positivas no mundo foram os cientistas e suas pesquisas aceleradas. Segundo o Consórcio de veículos da imprensa G1, em 02 de março de 2021, um ano após o início da pandemia, o número de brasileiros vacinados era de 336,551 pessoas com a 1ª dose. Após um ano do início da vacinação e dois anos do início da

pandemia, o total de vacinados com a 1ª dose é de 172.634.853, 80,36% da população brasileira, e com a segunda dose 155.194.905 vacinados. O número de mortes caiu pelo investimento em vacinação com a imunização da população, resultado do avanço da ciência através de pesquisas desenvolvidas em tempo recorde, mesmo enfrentando desqualificações e constrangimentos por parte de governantes.

Sobre o fortalecimento da ciência e dos pesquisadores que operam neste mundo globalizado, pensando no fortalecimento dos (as) pesquisadores (as), Bourdieu (2004, p. 58-59) afirma que é necessário uma “desierarquização” entre as pesquisas básicas e aplicadas e os vários atores e instituições, grupos e departamentos que vivem e operam as relações de poder dentro do mundo da pesquisa, visto que eles tiram a autonomia dos pesquisadores já que são os mantenedores/financiadores delas [estado, grupos dominantes]. Bourdieu (2004, p. 58-59) complementa que “me parece inteiramente desejável reforçar a capacidade coletiva de resistência que os pesquisadores devem ter, apesar das concorrências e dos conflitos que os opõem, para estar em condições de resistir às intervenções mais ou menos tirânicas dos administradores científicos e seus aliados no mundo dos pesquisadores”. Segundo o autor, esse é um dos preceitos necessários para a construção de objetivos comuns, a que ele chama de “uma solidariedade na concorrência entre todos os pesquisadores sem distinções” e no fortalecimento de métodos que elevem a despolitização da pesquisa científica.

Um bom exemplo de solidariedade na ciência aparece no estudo realizado em junho de 2020 por Souza *et al.*, (2020) descrevem os (as) autores (as) que o Brasil tinha “46 grupos de estudos com linhas de pesquisas específicas para investigar a pandemia da COVID-19, formados por aproximadamente 1.093 pesquisadores (as), professores (as) doutores (as), alunos (as) de pós-graduação e profissionais técnicos” (SOUZA *et al.*, 2020, p. 626) contudo, os autores afirmam que 1/3 (mais de 15) deste grupo foi formado em 2020, considerando-se um efeito “boom” de grupos de pesquisa e organização de estudiosos para articulação de medidas de preparação e enfrentamento de emergências em Saúde Pública. Os (as) autores concluem que os cientistas estão conscientes da necessidade de união de esforços para enfrentar essa crise pandêmica, que se torna humanitária diante do caos político que vivemos no Brasil atualmente, e desafiadora diante da precariedade e desmonte das políticas de investimento em ciência e educação.

A essa estratégia de integração e solidariedade entre os pesquisadores, com objetivos comuns, visando apoiar-se mutuamente para gerar conhecimento e encontrar soluções para as crises agravadas que vivenciamos, dependem de redes e programas de internacionalização que são parte intrínseca das universidades no mundo globalizado. É através da internacionalização da educação, no ensino superior e na pós-graduação, que surgem grandes possibilidades de alargar os horizontes dos cientistas periféricos e fortalecê-los na luta contra o chamado neocolonialismo.

2.1.1 Internacionalização da pós-graduação brasileira anos 2020

Desse ponto de vista, o Brasil organizou um projeto de internacionalização sem precedentes no ensino superior que é o Plano Nacional de Educação 2014-2024 (PNE). O referido plano reconhece e orienta para que a internacionalização seja um componente fundamental da educação, e inclui dois itens especificamente relacionados a esse tema. Primeiramente, orienta a “gestão interna da IES”, as universidades devem consolidar programas, projetos de iniciativas que envolvam a internacionalização da pesquisa em programas de pós-graduação, incentivando o trabalho em rede, bem como a formação e o fortalecimento de grupos de pesquisa.

Em segundo lugar, destaca que as instituições devem promover o intercâmbio científico e tecnológico, tanto em nível nacional quanto internacional, incluindo programas de ensino, pesquisa e extensão (MEC a, 2022).

Estes dois movimentos/planejamentos estratégicos de gestão que as universidades são orientadas para que sejam implantados, devem contemplar o ensino, a pesquisa e a extensão como metas, objetivos e visão indissolúveis da organização das IES.

Seguindo esses planos, em especial na ampliação da proficiência dos estudantes brasileiros, o Brasil teve protagonismo na criação de alguns programas que se mostraram de grande valia.

O primeiro foi o Projeto Nacional de Ensino de Inglês Instrumental em Universidades Brasileiras (Projeto ESP) iniciado em 1980 que não teve apoio financeiro do governo federal e foi concretizado pela Universidade de São Paulo. Teve duração de 10 anos e contemplou 20 universidades, já no sexto ano abarcou um total de 74 instituições, incluindo escolas técnicas e não técnicas de nível secundário de diferentes partes do país e com distintos modelos pedagógicos (CELANI, 1998, p. 234).

Na sequência, o programa Inglês sem Fronteiras foi criado em 2012 surgiu para suprir uma lacuna do programa Ciência sem Fronteiras (CsF) (BRASIL, 2011) que é justamente a falta de proficiência dos estudantes brasileiros, como uma grande barreira linguística e cultural ao bom desempenho do CsF. Que foi renomeado para Idiomas sem Fronteiras (IsF) em 2014, promovida pelo MEC com o financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES e de vários outros parceiros, como o Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico (DAAD, na sigla em alemão), o *Languages* Canadá e o Programa *Fulbright*. Inicialmente, o IsF teve enfoque na língua inglesa e ofereceu treinamento e logística para que estudantes de graduação e pós-graduação prestassem exames de proficiência nas suas respectivas universidades locais. Outros subsídios técnico-científicos foram a criação de cursos presenciais, com apoio de cursos on-line para coordenadores pedagógicos e professores em formação. Com isso, vieram os Núcleos de Línguas (NucLis) distribuídos em todo o país, ofertando cursos de curta duração, com o objetivo de proporcionar a experiência de mobilidade do aluno, e de promover a comunicação acadêmica, com foco na escrita de resumos científicos e apresentações orais em conferências. Em 2014, o programa expandiu-se para contemplar outros idiomas além do inglês, avançando assim suas ações em prol da internacionalização da educação superior. Em 2019 o programa teve a sua estrutura pedagógica descentralizada para a esfera local das IES, desvinculando-se da organização nacional da Capes.

Essas são iniciativas clássicas de preparação de estudantes brasileiros para a compreensão e apreensão linguística, com vistas a possibilitar o aprendizado e as trocas culturais com pessoas dos outros países estrangeiros pela via da mobilidade estudantil.

Diante das ponderações acima, alguns questionamentos são inevitáveis quanto ao direcionamento da internacionalização da educação superior no Brasil no atual contexto da ciência e da globalização.

O que se compreende por ‘Internacionalização’?

Qual programa da Capes apoia as universidades para a internacionalização? Considerando que este espaço é um importante berço da pesquisa e extensões para a promoção da pesquisa científica.

O que é necessário para que as universidades façam a internacionalização?

Quais são os desafios da internacionalização?

2.1.1.1 Conceituando a internacionalização

Partimos da conceituação de educação e da compreensão dos termos inerentes.

Para Pereira (2018, p. 9) “o conceito de internacionalização é dinâmico, reflete seu tempo histórico e incorpora novos aspectos”, afirma ele que a internacionalização é complexa e anda ao passo das mudanças da globalização. Sendo considerada uma das funções básicas das universidades para o século XXI.

A atualização do tema indica as necessidades exigidas da educação superior dado que “o conceito e os objetivos da educação cívica mudaram consideravelmente nas últimas décadas” (HASTE, CHOPRA, 2020, p. 1-3, tradução nossa), indicando que o mundo exige estudantes capazes de gerenciar a incerteza e as ambiguidades impostas pelas mudanças que ainda estão por vir. E as universidades precisam atentar-se às questões projetadas para até 2050 como um desafio a ser enfrentado pelos jovens, e aprimorar seus processos educativos, suas ferramentas pedagógicas e relacionais na educação, para dar conta da “migração, comunicação e tecnologia, e as rupturas provocadas pelas mudanças climáticas para ilustrar ideias-chave sobre a gestão da mudança por meio da educação” (HASTE, CHOPRA, 2020, p. 1-3, tradução nossa).

A internacionalização da educação superior está incorporada na missão, nos papéis e nas funções das Instituições de Ensino Superior (IEs), e articulada de acordo com as conceituações que os seus projetos pedagógicos institucionais, instrumentos e documentos norteadores incorporam para serem os pilares da internacionalização institucionalizada.

Destaca-se nas pesquisas sobre a internacionalização a autora Jane Knight (2020) que reiteradamente tem reformulado seus conceitos adequando-os a contemporaneidade e as exigências impostas à formação acadêmica e ao mercado globalizado. Afirma a autora que as universidades têm uma obsessão para se situar e deixarem sua marca no Cenário acadêmico internacional, sendo esse, também, um sinal dos tempos globalizados. Mesmo “sem terem muita compreensão, interpretação e quadros de referência para analisar as práticas e políticas de internacionalização” (KNIGHT, 2020, p. 8). Para ela o conceito de internacionalização mais adequado ao momento é “o processo de integração de uma dimensão internacional, intercultural ou global na finalidade, nas funções ou na oferta de instituições e sistemas de educação pós secundária” (KNIGHT, 2004, p. 11, *apud* KNIGHT, 2020, p. 24). A autora aborda a terminologia ‘processo’ e explica que este se foi empregado justamente para expressar o esforço contínuo de qualidade evolutiva transformadora no que se refere ao tema. Da mesma forma, o termo ‘integração’ é empregado para denotar o processo de inserção da dimensão intercultural em políticas e programas, com o interesse de assegurar a sustentabilidade e a centralidade para a missão e os valores adequados às instituições ou sistemas de ensino.

Em continuidade, Knight (2020, p. 25) explica que três termos adjacentes ‘internacional, intercultural e global’ são uma tríade que juntos formam amplificam os significados, dando uma riqueza tanto de amplitude como de profundidade ao processo de internacionalização da educação. Segundo a autora, o termo ‘Internacional’ identifica e reflete as relações entre nações, culturas ou países. O intercultural aborda aspectos de diversidade cultural, considerando e valorizando as diversidades de culturas que existem dentro de cada país, nas suas comunidades, instituições e salas de aula. Já o termo ‘global’ é utilizado pela autora para proporcionar aceção do escopo mundial.

A internacionalização da educação é deveras complexa, e vai muito além dos esforços de recrutamento ativo, e até agressivo, de estudantes estrangeiros caracterizados pelas mobilidades entre estudantes, descrito por Burn (2000, p. 9) em sua investigação sobre a “diversificação do recrutamento de estudantes internacionais para novos mercados” imposta após os anos 2000 pela *Association of International Educators* (NAFSA) no contingente universitário australiano, mas que se espalha em nível global. Reafirma o autor que a mobilidade é a característica mais visível da internacionalização, contudo, a internacionalização não é apenas isso.

As dinâmicas da internacionalização se concretizam na multiplicidade de aspectos formativos pelo ensino, pesquisa e extensão em sinergia entre instituições pela promoção da colaboração acadêmica.

Conforme Stallivieri (2015, p. 2) o nome "universitas" situa a universidade como um “universo cultural, que abriga a universalidade e a multiplicidade de visões de mundo, posições filosóficas, tendências científicas e políticas, enfim, diferentes modos de pensar dos seres humanos, oriundos de diferentes partes do planeta”. Demonstrando que o caráter internacional sempre esteve presente desde que se tem conhecimento do espaço ‘Universidade’, já que as "universitas" contavam com a contribuição de professores, há época os mestres, e estudantes, os aprendizes, de diferentes regiões e países, que formavam o *corpus* de constituição comunidades internacionais, em busca de um objetivo comum: o conhecimento (STALLIVIERI, 2015, p. 2).

Isso para dizer que a ciência tem suas raízes nas comunidades do conhecimento, e as migrações de professores e estudantes são parte da internacionalização que conhecemos hoje. Por isso mesmo, é necessário repensar continuamente a inclusão das universidades no processo de internacionalização, ao mesmo tempo, a internacionalização nos processos institucionais das universidades.

Visando promover a internacionalização dos estudantes, professores e pesquisadores das Universidades brasileiras, pelo movimento internacional [mobilidade] o MEC lançou o Programa Ciência sem Fronteiras (CsF) em 2011.

2.1.1.2 Programa Ciência se Fronteiras (CsF)

O programa Ciência sem Fronteiras (CsF) foi o primeiro programa Nacional que buscou lançar mão da internacionalização de forma ampliada e abrangente no mundo. Com a característica de “promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional” (MEC, 2011). Tinha como objetivos

Investir na formação de pessoal altamente qualificado nas competências e habilidades necessárias para o avanço da sociedade do conhecimento; Aumentar a presença de pesquisadores e estudantes de vários níveis em instituições de excelência no exterior; Promover a inserção internacional das instituições brasileiras pela abertura de oportunidades semelhantes para cientistas e estudantes estrangeiros; Ampliar o conhecimento inovador de pessoal das indústrias tecnológicas; Atrair jovens talentos científicos e investigadores altamente qualificados para trabalhar no Brasil (MEC, 2011).

Considera-se que o PcF foi um expoente e exitoso quanto aos objetivos e especificidades a que se propunha.

O mapa abaixo mostra a última logística de estudantes que faziam parte da internacionalização pela via da mobilidade estudantil em 2015. Foram implementadas 93.247 mil bolsas em 19 áreas do conhecimento distribuídas em cinco modalidades, sendo: Atração de Jovens Talentos; Doutorado sanduíche no exterior; Doutorado no Exterior, Graduação sanduíche no exterior, Mestrado no Exterior, Pesquisador Visitante Especial e Pós-doutorado no Exterior.

Figura 1- Mapa de estudantes e pesquisadores brasileiros pelo mundo em 2015 do PcF.



Fonte: MEC (2015), ciência sem fronteiras, bolsistas pelo mundo.

O PcF previa o investimento dos recursos especialmente em mobilidade estudantil, conforme se observa, o foco era a distribuição de bolsas gerenciadas pela Capes.

Em 2017 o MEC concluiu que o PcF demandava alto investimento e precisava ser reformulado, ensejando assim, que o CsF teria a partir de então um novo foco e escopo com a implantação de programas com uma abordagem que visa fortalecer a institucionalização da internacionalização dentro das universidades. Gerenciados pelas IES com apoio do MEC pela via da Capes. Em nota, o MEC anuncia que a Capes discutirá “novas estratégias de internacionalização e apoio à excelência nas universidades” (MEC, 2015).

Observa-se que muitas são as críticas quanto à falta de avaliação do CsF, porque a falta da avaliação causa a incapacidade de verificar os resultados do programa quando do retorno dos estudantes aos seus países de origem. Porém é necessário lembrar que os resultados da interação de estudantes brasileiros com outras culturas pela mobilidade estudantil vão muito além da concretização de resultados mensuráveis por estudos estatísticos. Quando há referência a mensuração quanto a troca de conhecimentos nesses aspectos, culturais e de vivências, vale lembrar que esses dados abstratos e qualitativos dependem de um longo e rigoroso estudo de antes e depois. O impacto social da internacionalização, seja ela pelo simples aspecto de interação cultural dos estudantes brasileiros em outros países, precisa ser considerado como relevante, assim como, precisa de análises que não são fáceis de serem feitas justamente porque recaem sobre a apropriação de conhecimentos de identidades de traços culturais, que aparecem nas comunicações das relações humanas e no ato de ensinar e aprender. Que são representadas por um conjunto de diferentes saberes, ideias, tradições, técnicas, hábitos, comportamentos e costumes.

Se houve uma deficiência na implantação do CsF, ela recai sobre a própria conceituação da internacionalização no atual um mundo globalizado e na falta de uma proposta de avaliação bem definida e organizada com padrões de análise qualitativos e quantitativos de antes da implementação do programa (ex-ante), o monitoramento para verificar se os resultados obtidos correspondem ao planejado, e ao final por longo período de tempo considerando os aspectos amplos que envolvem a internacionalização e os Impactos Sociais *ex-post*.

A nova proposta do governo lançada em 2017 pelo edital Capes-PrInt buscou organizar e financiar a internacionalização para aquelas universidades que tinham seus programas institucionalizados. O edital requer das Universidades programas, projetos, ações e atividades sistêmica e articulada para serem contempladas com recursos financeiros.

2.1.1.3 Internacionalização da pós-graduação (CAPES - PRINT)

Em 2017 é publicado o edital Capes nº 41/2017 (PrInt) do Programa de Internacionalização da Pós-Graduação que objetiva selecionar projetos com a proposta de desenvolver e implementar a institucionalização da internacionalização das áreas de conhecimento, especificamente “ampliar as ações de apoio à internacionalização na pós-graduação e estimular a formação de redes de pesquisas internacionais para o aprimoramento da qualidade da produção acadêmica vinculada à pós-graduação” (MEC, 2017).

Descrevem Silva (2021, p. 7) que se “tratava de um formato novo visando a geração de temas de pesquisa que congregasse diferentes programas de Pós-Graduação e que trabalhassem na interface de forma inter e multi-institucional”. O edital PrInt apresenta uma nova roupagem à internacionalização institucionalizada, e evidencia a necessidade e a prioridade de investimentos em formação de Redes e Pesquisa. Vale destacar que o edital Capes-PrInt contempla apenas a pós-graduação e o CsF atendia a graduação e a pós-graduação.

O edital requer das universidades mais atenção aos seus programas de internacionalização, exigindo a elaboração de projeto institucional para participar da seleção como critérios para ser contemplado com recursos operacionalizados pelas IES.

Reconhece-se que internacionalização não poderia mais acontecer com implementação e foco específico de mobilidade acadêmica. A premissa do Capes-PrInt é de que a mobilidade precisa estar contemplada como parte de um projeto mais amplo da Universidade, preferencialmente apoiada pela organização e implantação de Redes de Pesquisa, sem a qual a internacionalização é uma pretensão vazia. Sobre este aspecto, “a mobilidade acadêmica se deslocou da mobilidade de estudantes para a de provedor de programas” (KNIGHT, 2020, p. 19).

Com previsão de investimento de R \$300 milhões anuais, o Capes-PrInt contemplou um total de 36 instituições em 2018, que teriam um prazo de quatro anos para concluir os projetos selecionados.

Os pré-requisitos para seleção do edital Capes-PrInt baseiam-se na análise de mérito e diagnóstico institucional das IES. São requeridos, “uma política institucional de cotas para a internacionalização, capacidade técnica do grupo gestor, coerência e viabilidade da proposta – bem como seu caráter inovador –, além da sua relevância, considerando o impacto sobre a instituição” (MEC, 2018). Este último coloca como requisito que sejam realizadas avaliações da internacionalização institucionalizada *ex-ante* e *ex-post*.

A justificativa do MEC e da Capes para a publicação do edital Capes-PrInt versa que a internacionalização deve ser uma missão atual da universidade, entendida como uma exigência da globalização e necessária para a inclusão dos estudantes no mercado de trabalho. Assim, como é prerrogativa para a necessária valorização da solidariedade humana e do avanço da ciência em prol dos direitos humanos e da sustentabilidade. Para isso, a autonomia das universidades foi ainda mais preservada já que agora as IES contempladas definem como e porque vão implementar e processar as políticas de internacionalização, visto que para serem atendidas com orçamento do edital, as instituições devem implementar programas e políticas consistentes e não pontuais. O que requer uma grande organização interna que vai desde as revisões curriculares, projetos de extensão e pesquisa, até as orçamentárias.

O Capes-PrInt foi inovador e pegou muitas universidades despreparadas para atender ao demandado pelo edital. Foram excluídas aquelas com fragilidades quanto aos requisitos obrigatórios como constituição recursos humanos, projetos e convênios em volume e qualidade requeridos, implantação de programas e grupos de trabalho e pesquisa e extensão. Sendo aprovadas somente universidades que são referência no Brasil, implantadas há várias décadas e com avaliação muito boa de seus programas. Das 36 IES cinco são instituições privadas e as demais 31 IES são instituições públicas distribuídas em todas as regiões do Brasil.

Considerando que o Brasil tem 2.364 instituições de ensino superior⁶ e o edital contemplou somente 36 universidades⁷, com alta produtividade e cursos estruturados e bem avaliados, percebe-se uma dicotomia quanto ao propósito desse novo edital PrInt que afunila os investimentos às instituições que já apresentam altos índices de avaliação e indicadores de avaliação acadêmica, conforme relatam Ghiraldelli e Shimizu (2021) sobre a grande mobilização da UnB, uma das universidades contempladas, para se preparar e concorrer ao edital.

Após o lançamento do edital, o Decanato de Pós-Graduação (DPG) da Universidade de Brasília, ainda na gestão da Professora Dra. Helena Shimizu, em conjunto com o Decanato de Pesquisa e Inovação (DPI), sob a gestão da Professora Dra. Maria Emília Teles Walter, reuniu a coordenação dos trinta programas de Pós-Graduação da UnB com notas nos estratos 5, 6 e 7, das três grandes áreas de conhecimento, com o intuito de mapear os grandes temas de pesquisa da UnB através de grandes eixos. [] A Biblioteca Central da UnB efetuou um levantamento extenso das publicações dos docentes e do mapeamento de indicadores utilizando as bases de dados *Scopus e Web of Science*. [] outro resultado importante foi o mapeamento das instituições com que a UnB coopera e dos grupos de pesquisa (GHIRALDELLI; SHIMIZU, 2021, p. 7).

O CsF abriu as portas para todos os estudantes de diferentes universidades de forma genérica e democrática, contudo pecou na deficiência de planejamento, organização e implantação de um sistema de avaliação do programa.

Já o CapesPrInt não foi democrático quanto ao financiamento e possibilidade de internacionalização para todos os estudantes brasileiros. Observa-se que nas melhores universidades estão os cursos mais concorridos neste caso, mesmo com os sistemas de cotas muitos estudantes ainda não acessam essas universidades por não atingirem a nota de corte dos cursos.

Assim como, geralmente essas IES estão localizadas nas grandes cidades e metrópoles do Brasil, enquanto os estudantes das cidades periféricas devido a dificuldades de transporte e aos gastos com moradia acabam escolhendo cursar em universidades que estão próximas de suas casas com menor infraestrutura e potencial de competição.

Observa-se também a situação de exclusão social referente aos estudantes trabalhadores. Sabe-se que as universidades federais prezam pelo ensino presencial, e seus motivos são relevantes não podem ser desconsiderados já que o ensino presencial incorpora uma dimensão muito mais ampla de interações humanas, e consequentemente um ensino mais qualificado e dimensional. Contudo, os estudantes trabalhadores vêm optando pelos cursos de universidades que ofertam a modalidade de Ensino a Distância (EAD) na medida em que a prioridade pelo trabalho ao invés dos estudos, é uma necessidade para a manutenção das famílias pobres.

6 <https://www.vivendobauru.com.br/quantas-universidades-e-faculdades-existem-no/>

7 A rede federal brasileira de ensino possui 69 **universidades** federais, que reúnem 1,3 milhão de estudantes.

Ainda sobre este aspecto, outro requisito é que as IES façam extensão e pesquisa, reconhece-se que o tripé: ensino, pesquisa e extensão é essencial para a formação integral dos pós-graduandos, contudo, essas atividades exigem estudantes com dedicação quase que exclusiva, e nesse caso, estão à margem aqueles que são mães e pais de família, solteiros ou não e têm filhos/família para cuidar.

Diante desses e outros aspectos se pode afirmar que o Capes-PrInt não atende a universalidade da igualdade na medida em que os estudantes dessas universidades terão mais possibilidade do que outros das universidades que não tiveram o mérito para serem selecionadas pelo edital.

Conforme Stallivieri (2015) já chamava a atenção

As universidades que já desenvolvem o processo de internacionalização devem reforçá-lo e as que ainda não o tem deve acelerar para que o busquem, pois a ausência de uma estratégia, tanto em nível institucional como em níveis governamentais, para a internacionalização, pode ser fator de retardamento da obtenção de inúmeros resultados de desenvolvimento e projeção institucional no panorama internacional (STALLIVIERI, 2015, p. 24).

Nessas colocações a palavra ‘retardamento’ tem uma força grande se pensarmos que dentre as mais de duas mil universidades apenas trinta e seis foram apoiadas pela Capes, justamente essas que já dispunham de projetos estruturados.

Mas, ao mesmo tempo, a educação precisa evoluir ao passo de não mais aceitar que somente a mobilidade defina a internacionalização. Talvez haja um despertar daquelas universidades que desejam melhorar seus programas e projetos, arrumar a casa, colocar os alunos como centro do processo de internacionalização e todas as demandas deles como por exemplo a proficiência. E investir em seus processos de acolhida e preparação profissional para o contexto e os elementos necessários deste edital e investir para chegar ao patamar das maiores universidades estrangeiras ou nacionais, que conforme Stallivieri (2015) seguem um padrão definido pela UNESCO.

- Inicialmente, a definição de uma política de internacionalização que se concretiza através da cooperação acadêmica;
- o estímulo ao intercâmbio de estudantes, de professores e de gestores;
- a inserção em redes de cooperação internacionais, desde que com objetivos claramente definidos;
- a participação em projetos de investigação colaborativa, cujo alcance é global;
- a captação de recursos de diferentes fontes de financiamento, tanto nacionais como estrangeiras;
- a coordenação e participação em congressos e seminários de âmbito internacional;
- a participação em reuniões convocadas por organismos internacionais;
- a gestão de convênios e acordos de colaboração científicos e acadêmicos de alcance internacional para o estabelecimento de diferentes programas;
- a gestão da oferta de títulos acadêmicos conjuntos;
- o estímulo à criação de vínculos com centros de excelência de reconhecimentos mundiais;
- o apoio à formação de quadros altamente capacitados, bem como a formação de recursos humanos para a educação universitária;
- a difusão das informações de especial interesse aos que buscam oportunidades de inserção internacional;
- e, finalmente, a total abertura de relações com interlocutores externos, fomentando a participação em novas modalidades de cooperação acadêmica internacional (STALLIVIERI, 2015, p. 36).

Essas são modalidades defendidas pela Unesco, considerando o mundo globalizado e a necessária inclusão da educação neste mundo. As Universidades que pretendem fazer a incursão pela internacionalização na educação devem observar essas tendências do ensino superior para o século XXI.

A Unesco é uma das principais e mais consistentes instituições de políticas de educação e de internacionalização no mundo, que já discute as agendas do desenvolvimento sustentável não mais até 2030, mas agora de 2020-2050, e considera as exposições do estudo de Haste e Chopra (2020, tradução nossa), “Os futuros da educação para a participação em 2050: educar para gerenciar a incerteza e a ambiguidade” como uma orientação da UNESCO para indicar uma direção coletiva e o fortalecimento das instituições de ensino frente aos desafios impostos à internacionalização.

Nas palavras de Stallivieri (2021) existem grandes organismos internacionais e multilaterais que estão pautando o tema internacionalização, e não se pode ignorá-los ou desconsiderá-los. Afirmo a autora que as universidades precisam unir seus talentos, seus recursos e ter uma boa governança, pensando os elementos e os recursos globais para promover políticas claras e a institucionalização da internacionalização, como uma grande missão das instituições de ensino superior. Por fim, Stallivieri (2021) indica que, sem a implantação dessas, a internacionalização vai continuar sendo atividades de poucos, com resultados individuais, assistemáticos e esporádicos.

3. CONCLUSÃO

As relações na ciência são a mola propulsora para o desenvolvimento de novos conhecimentos com vistas ao enfrentamento dos problemas que atingem a sociedade. Concomitante a isso, são as idealizações de pesquisadores, professores e estudantes, em redes, que formam as bases da investigação científica e da inovação tecnológica, que resultam em novos produtos e saberes para as mais diversificadas áreas da pesquisa e do conhecimento.

Conhecer sobre os conceitos de redes colaborativas é fundamental para a compreensão da operacionalização da ciência. As investigações científicas e seus produtos marcam o tempo, o lugar, a metodologia, a organização, e o contexto social de determinada época. A aplicabilidade dos produtos, resultantes dessas pesquisas, demarcam se a rede se configura como uma rede colaborativa, ou uma teia intelectual de fato. Lembrando que segundo Déves (2007), na medida em que esses produtos/resultados das intervenções e pesquisas causam impactos sociais, elas [as redes] são consideradas ‘teias intelectuais’.

Após os anos 2000 os cientistas apropriaram-se mais efetivamente das redes tecnológicas e das mídias digitais existentes, o que contribuiu para o fortalecimento e ampliação de teias e redes de pesquisa para além das fronteiras. Facilitando a união de estudantes e pesquisadores para ações mais assertivas e rápidas frente aos desafios de um mundo globalizado.

Diante disso, houve um grande avanço para se compreender e agir coletivamente e internacionalmente para superar fenômenos/problemas que afetam os contextos sociais, políticos, culturais e econômicos de cada território. Resultando em respostas mais adequadas, efetivas e cientificamente comprovadas. Este é um dos desafios dos cientistas diante da globalização da ciência.

Contudo, sabe-se que o avanço na produção de conhecimento científico depende, em grande medida, das ações, projetos e programas de responsabilidade do Estado brasileiro como organizador e financiador. Sem os aportes estatais, a ciência brasileira, que já não é do primeiro escalão, terá menor fôlego para a produção de pesquisas e a internacionalização necessária frente aos desafios do mundo globalizado e da concorrência com outras nações.

Por fim, conclui-se que as redes colaborativas fomentadas pelo CNPq, com aportes da Capes às relações, mobilidades e programas que criam novas e reforçam as antigas redes colaborativas, são em partes, formadoras de teias intelectuais.

Assevera-se que o Brasil ainda tem muitas fragilidades para que suas universidades façam a institucionalização da internacionalização.

O que se teve até 2017 foram investimentos em mobilidade acadêmica com pífias avaliações sobre o que, de fato, os investigadores participantes de projetos da Capes trouxeram de conhecimentos novos ao Brasil que impactaram na realidade local.

Com a proposta do Capes/PrInt as responsabilidades institucionais mudaram de lado. As universidades e centros de pesquisa tornaram-se responsáveis pelo desenvolvimento de estratégias e intervenções e obtiveram autonomia mais abrangente, para desenvolver seus programas de internacionalização, estes passaram a ser o principal meio de acesso aos recursos financeiros do edital Capes/PrInt.

É importante frisar que, intensificou-se com isso um panorama de avaliação por mérito. Aquelas 36 instituições e universidades selecionadas pelo edital Capes-PrInt 2017-2018, que obtiveram os recursos para desenvolver-se seus planos são universidades: longínquas, estruturadas e com implantações de projetos sólidos de internacionalização, além de diversos e variadas convênios de colaborações com instituições estrangeiras, e corpo docente com publicações em periódicos super-bem avaliados.

A internacionalização da educação é um caminho sem volta. As razões que movem a internacionalização recaem sobre a própria existência das universidades. Não existe mais a possibilidade de se fazer educação em nível de graduação e de pós-graduação sem que haja investimentos, planejamentos e avaliações na internacionalização em casa/institucionalizada, com robustez e sustentabilidade.

Os tempos mudaram e exigem muito mais do que a mobilidade acadêmica para que se tenha a internacionalização acadêmica.

Sobre isso, Knight (2020, p. 19) esclarece que as bifurcações da internacionalização existe em 2 pilares interdependentes e vinculados, no próprio país/em casa (IeC), ou no exterior/transfronteiriça. A internacionalização transfronteiriça apresenta implicações importantes para a institucionalização e vice-versa.

O primeiro requisito, antes das IES se projetarem para a internacionalização de 'fora/transfronteiriça', é justamente, arrumar a casa e institucionalizar a internacionalização. Partindo do aprimoramento de seus currículos, investimento em pessoal, primazia pelas questões referentes à cultura e aos acolhimentos, propiciar a proficiência de professores e estudantes, buscar convênios e colaboradores internacionais para formar redes de pesquisas consistentes e sólidas e valorizar as publicações dos conhecimentos gerados, pois esses fazem parte da avaliação do processo de internacionalização.

A internacionalização da educação é essencial porque se traduz no investimento, valorização e no comprometimento com a capacitação ampla dos estudantes, visto que atende, assim, às necessidades de formação dos jovens para o trabalho globalizado e para a cultura, para além daquela em que nasceram.

Por fim, Haste e Chopra (2020, p. 6, tradução nossa) descrevem que os futuros da educação para a participação mundial em 2050 é primordialmente: educar para gerenciar a incerteza e a ambiguidade. Neste quesito, indicam os autores que é urgente que as Universidades pensem na formação para - os 'movimentos do cavaleiro' – como no xadrez. Referindo-se à preparação cultural e educacional que possa permitir aos jovens terem a participação igualitária na sociedade, criando as disposições cognitivas e emocionais, as habilidades e os valores adaptativos, para as incertezas e novidades que ainda estão por vir.

REFERÊNCIAS

AGOSTINI, Renata. MEC cortará verbas de Universidades. Jornal O Estado de São Paulo. Divulgado em 30 de abril 2019, 03 horas. Disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,mec-cortara-verba-de-universidade-por-balburdia-e-ja-mira-unb-uff-e-ufba,70002809579>. Acesso em: 08 març 2022.

BRASIL. LEI Nº 4.533, DE 8 DE DEZEMBRO DE 1964. Criou o Conselho Nacional de Pesquisas. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/14533.htm Acesso em: 08 mar 2022.

BRASIL a. Dados Gov. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Disponível em: <https://dados.gov.br/organization/about/conselho-nacional-de-desenvolvimento-cientifico-e-tecnologico-cnpq> Acesso em: 08 mar 2022.

BRASIL b. DECRETO Nº 29.741, DE 11 DE JULHO DE 1951. Institui uma Comissão para promover a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de pessoal de nível superior. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-29741-11-julho-1951-336144-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 08 mar 2022.

BRASIL. Programa Ciência sem Fronteiras. Decreto nº 7.642, de 13 de dezembro de 2011. Institui o Programa Ciência sem Fronteiras. Diário Oficial da União, 14 dez. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7642.htm. Acesso em: 16 dez. 2019.

BRASIL. Plano Nacional de Educação 2014-2024. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, 26 jun. 2014. Disponível em: http://AMÉRICA DO NORTE197www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 5 fev. 2020.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2004. Disponível em: <https://favaretoufab.files.wordpress.com/2019/05/bourdieu-pierre-os-usos-sociais-da-ciencia.pdf>. Acesso em: 26 abr 2021.

Burn, Bárbara B (2000). **Australia and Foreign Student Recruitment. International Higher Education**, (18). <https://doi.org/10.6017/ihe.2000.18.6851> Disponível em: Vista do recrutamento de estudantes da Austrália e do Exterior (bc.edu) Acesso em: 02 mar 2022.

CELANI, M. A. A. A Retrospective View of an ESP Teacher Education Programme. **The Specialist**, v. 19, n. 2, p. 233-244, 1998.

CNPQ. Centro de Memória. Disponível em: <http://centrodememoria.cnpq.br/Missao2.html> Acesso em: 08 mar 2021.

GHIRALDELLI, Reginaldo. YANNOULAS, Silvia Cristina. Política social, desigualdades e mundialização no contexto da pandemia: uma perspectiva intercontinental. Embu das Artes, SP: Alexa Cultural, 2021.

GOV. BR. BRASIL c. Capes concedeu 46 mil bolsas de doutorado em 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/educacao-e-pesquisa/2020/12/capes-concedeu-46-mil-bolsas-de-doutorado-em-2020> Acesso em: 08 mar 2022.

Haste, Helen. Chopra, Vidur. The futures of education for participation in 2050: educating for managing uncertainty and ambiguity. In UNESDOC. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000374441> Acesso em: -1 marc 2022.

Knight, Jane. **Internacionalização da educação superior: conceitos, tendências e desafios**. 2. Ed., e-book. São Leopoldo: Oikos, 2020.

MEC a. Plano Nacional de Educação 2014-2024. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/> Acesso em: 08 marc 2022.

Ministério da Educação (MEC). CNPQ. Ciência sem Fronteiras: bolsistas pelo mundo. 2015. Disponível em: » <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/bolsistas-e-investimentos> Acesso em: 06 mar 2022.

Ministério da Educação (MEC). Ciência sem fronteira, objetivos e metas. 2011. Disponível em: <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/o-programa> Acesso em: 06 mar 2022.

Ministério da Educação (MEC). Divulgado resultado de seleção de programa de internacionalização. 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/67681-divulgado-resultado-de-selecao-de-programa-de-internacionalizacao> Acesso em: 06 mar 2022.

OLIVEIRA, Joana. Os crimes de Bolsonaro durante a pandemia, segundo juristas que pressionam Augusto Aras. Jornal EL PAÍS edição Brasil. São Paulo - 18 ene 2021 - 22:05 ATUALIZADO: 21 ene 2021 - 13:34 BRT. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-01-19/os-crimes-de-bolsonaro-durante-a-pandemia-segundo-um-grupo-de-juristas-que-pressionam-o-pgr.html> Acesso em: 08 marc 2022.

PEREIRA, Elisabete Monteiro de Aguiar. Internacionalização na Universidade Contemporânea: uma Visão da Internacionalização em uma Universidade Pública Paulista. Rev. Inter. Educ. Sup. Campinas, SP. V. 5. 1-19. e019043. 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/adria/AppData/Local/Temp/8653979-Texto%20do%20artigo-51301-1-10-20190501.pdf> Acesso em 03 mar 2022.

SILVA, Adalene Moreira. Prefácio. **Política social, desigualdades e mundialização no contexto da pandemia: uma perspectiva intercontinental**. Org. GHIRALDELLI, Reginaldo. YANNOULAS, Silvia Cristina. Embu das Artes, SP: Alexa Cultural, 2021.

STALLIVIERI, Luciane. **Internacionalização da Educação Superior no Brasil**. Live: Internacionalização da Educação Superior no Brasil - Dia: 24/06/2021 - Horário: 19hs Apresentador: Kleber Silva Pós Doutor pela Unicamp. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uH8LOMvSAGI> Acesso em: 07 mar 2022.

SOUZA, Thiago Ferreira de. Et al., GRUPOS DE PESQUISA BRASILEIROS COM ÊNFASE PANDEMIA DA COVID-19 BRAZILIAN RESEARCH GROUPS ABOUT COVID-19 PANDEMIC. Revista Interfaces. V.8. N. 3. 2020. Disponível em: [file:///C:/Users/adria/AppData/Local/Temp/vanderlan,+621629+\[ARO\]+GRUPOS+DE+PESQUISA+BRASILEIROS.pdf](file:///C:/Users/adria/AppData/Local/Temp/vanderlan,+621629+[ARO]+GRUPOS+DE+PESQUISA+BRASILEIROS.pdf) Acesso em: 08 mar 2022.

WESTIN, Ricardo. Corte de verbas da ciência prejudica reação à pandemia e desenvolvimento do país. Agência Senado, 25/9/2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2020/09/corte-de-verbas-da-ciencia-prejudica-reacao-a-pandemia-e-desenvolvimento-do-pais>. Acesso em: 18 marc 2021